

**MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS, AGROECOLOGIA E
SOBERANIA ALIMENTAR EM MINAS GERAIS:
lutas, resistências e desafios do campesinato**

**SOCIOTERRITORIAL MOVEMENTS, AGROECOLOGY AND
FOOD SOVEREIGNTY IN MINAS GERAIS:
the peasantry's struggles, resistances, and challenges**

Estevan Leopoldo de Freitas Coca

Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).
estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha

Doutora em Geografia. Professora da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).
janadageo.unesp@yahoo.com.br

João Cleps Júnior

Doutor em Geografia. Professor da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).
jcleps@ufu.br

Resumo

Neste artigo apresentamos uma análise sobre experiências agroecológicas locais em Minas Gerais mostrando o protagonismo dos movimentos socioterritoriais na organização da produção e na comercialização de alimentos e os principais desafios do campesinato nos projetos de Reforma Agrária no estado. Realizamos uma contextualização da conjuntura agrária mineira, a partir dos dados sistematizados pela Rede Dataluta, abordando as principais categorias utilizadas pela rede de pesquisa e as principais categorias dos relatórios de pesquisa estadual de períodos diversos – manifestações do campo (2000-2019), ocupações de terras (1988-2019) e criação de assentamentos rurais (1986-2019). Ainda, foram realizadas algumas considerações sobre a expansão das grandes corporações no campo e a luta pela terra em Minas Gerais como forma de subsidiar a reflexão sobre as estratégias dos movimentos socioterritoriais. As políticas agrárias implementadas em níveis federal e estadual foram paralisadas, constituindo uma década marcada pela maior retração da Reforma Agrária na história do país.

Palavras-chave: Rede DATALUTA. Reforma Agrária. Movimentos Socioterritoriais. Agroecologia. Soberania Alimentar. Minas Gerais.

Abstract

In this paper we present an analysis of local agroecological experiences in Minas Gerais highlighting select socioterritorial movements' leading role in organizing food production and marketing, and the main challenges the peasantry involved in Agrarian Reform projects faces in select regions of the state. To contemplate the objectives of Dossiê Dataluta, we contextualize the agrarian situation in Minas Gerais, based on data organized by DATALUTA Network, analyze the main categories used by the research network, and address the main categories contained in the state research reports across different periods – demonstrations in the countryside (2000-2019), land occupations (1988-2019), the creation of agrarian settlements (1986-2019). We also consider the expansion of large corporations in the countryside and the struggle for land in Minas Gerais as a way to subsidize our reflections on the present strategies of socioterritorial movements. The agrarian policies implemented at the federal and state level have been paralyzed leading to the end of a decade where Agrarian Reform has suffered the greatest retraction in history.

Keywords: DATALUTA Network. Land Reform. Socioterritorial Movements. Agroecology. Food Sovereignty. Minas Gerais.

Introdução

No Brasil atual, fatores como a diminuição (ou quase paralização) da implantação de assentamentos rurais por meio da desapropriação de terras, o desmonte de políticas públicas de compras de alimentos e a crescente influência e hegemonia que a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) (também conhecida como “Bancada do Boi”) tem exercido sobre o Executivo e o Judiciário, fazem com que os movimentos socioterritoriais¹ do campo se vejam diante da necessidade de repensar suas estratégias de luta. Se na década de 1990 a luta pela terra apresentou novos elementos, com a tentativa de transformação do latifúndio (sinônimo de atraso e improdutividade) em terras produtivas para que cumpram a sua função social (FERNANDES, 2004), no presente destaca-se a articulação entre o campo e a cidade, especialmente por meio da oferta de alimentos produzidos sob bases agroecológicas (De SCHUTTER, 2015) e a busca pela superação de algumas das falhas ecológicas do capitalismo (McMICHAEL, 2016). Ou seja, se consolidar como responsáveis pela oferta de alimentos frescos e

¹ O conceito de movimento socioterritorial está embasado na contribuição teórica e metodológica que interpreta os movimentos sociais do campo e da cidade como categoria geográfica (FERNANDES, 2000).

saudáveis aos cidadãos passa a ocupar, cada vez mais, maior centralidade na orientação das ações de expansão, enfrentamento e resistência dos movimentos socioterritoriais do campo. Representa esse processo a adoção do princípio de “resistência ativa” por parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), no Brasil, que pode ser entendido como a proposição de uma alternativa ao modelo do agronegócio por meio da produção agroecológica voltada para a escala local, atendendo aos princípios da soberania alimentar (SILVA, 2018, 2019).

Como forma de abordar como esse processo repercute na composição da Questão Agrária contemporânea, no presente texto é feita uma discussão sobre ações que têm sido desenvolvidas por movimentos socioterritoriais do campo que atuam no estado de Minas Gerais com ênfase na Agroecologia e na Soberania Alimentar. Toma-se como referência experiências de produção agroecológica em acampamentos e assentamentos rurais no Sul de Minas Gerais pelo MST, feiras agroecológicas em Alfenas, Uberaba e Uberlândia, e o Armazém do Campo, em Belo Horizonte.

Esse trabalho traz resultados de ações de pesquisa e extensão que os autores têm desenvolvido em suas universidades, especialmente por meio do projeto Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA - Minas Gerais). O conhecimento, sistematização e análise de ações como ocupações de terras, manifestações, assentamentos rurais, estrangeirização de terras, estrutura fundiária e feiras agroecológicas são referências para a discussão proposta nesse texto, as quais caracterizam a Questão Agrária atual.

O texto está estruturado em três partes. Na primeira são apresentadas questões teóricas sobre o caráter contra-hegemônico da Agroecologia e da Soberania Alimentar no bojo da Questão Agrária contemporânea. Na sequência, são demonstrados e discutidos alguns dados da Rede Dataluta envolvendo a análise da conjuntura agrária mineira, abordando as categorias analisadas em relatórios de pesquisa estadual sobre manifestações do campo, ocupações de terras, criação de assentamentos rurais e a expansão das grandes corporações no campo e da luta pela terra em Minas Gerais. Por fim, são apresentadas algumas ações de produção e comercialização agroecológica desempenhadas por movimentos socioterritoriais do campo em Minas Gerais, entendidas com parte das ações que traduzem os princípios da Soberania Alimentar.

Os movimentos socioterritoriais do campo e o caráter contra-hegemônico da Soberania Alimentar e da Agroecologia

Na atualidade, a Questão Agrária tem ganhado novos contornos, não mais podendo ser explicada apenas pelas relações que envolvem o avanço da industrialização no campo e a desestruturação/transformação de unidades de produção camponesas (MOYO; JHA; YEROS, 2013). Fazem parte da Questão Agrária contemporânea temas como a igualdade de gênero; as relações ecológicas; os sistemas agroalimentares; as articulações entre a sociedade e a natureza e o campo e a cidade. Ela ainda denota os efeitos nefastos do capitalismo sobre as estruturas agrárias, porém, também busca dar conta de envolver a diversidade que caracteriza o campo no presente (McMICHAEL, 2016).

A Geografia também aponta para significativas mudanças no estudo do campo. Categorizadas em distintas temáticas, elas se relacionam à *Geografia das Lutas e Resistências*, e dão centralidade de estudos que se dedicam às análises sobre os processos de luta pela terra, a política de reforma agrária e os movimentos sociais. Apontam para a complexa e latente Questão Agrária brasileira, que renovada constantemente, revela temas que lançam os olhares para o enfrentamento, a resistência e a superação das desigualdades engendradas pelo sistema capitalista. Desnuda-se uma Geografia diversa, ampla e plural e que, em sua essência, está comprometida com as questões sociais, direcionando-se para temas novos, como a agroecologia, a soberania alimentar, as relações de gênero e a educação do campo (VINHA, 2019).

Reconhecer essas mudanças é fundamental para o estudo das ações dos movimentos socioterritoriais que atuam no campo, pois eles são expressões das contradições da Questão Agrária, ou seja, a resistência exercida por esses coletivos camponeses exemplifica que o capitalismo não é uma totalidade e que dentro dele se manifestam outras relações sociais que não estão estruturadas na lógica da exploração da mais-valia e/ou na busca pela maximização dos lucros.

No que se refere aos sistemas agroalimentares, devem ser levados em consideração fatores como a financeirização da economia (PAULA; SANTOS; PEREIRA, 2015); a corrida mundial por terras acompanhada da utilização de culturas alimentares para outros fins, como é o caso dos agrocombustíveis (BORRAS JR;

FRANCO, 2012); e o aumento do consumo de ultraprocessados, visando, dentre outros, o barateamento da comida (MONTEIRO; CANNON, 2015). Tais fatores tem acelerado um contexto de mercantilização da comida (VIVERO-POL, 2017). A extrema desigualdade gerada por esse processo pode ser presenciada, por exemplo, na existência de cerca de 820 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar no mundo, o que representa um considerável desafio para que seja atingida a meta da Organização das Nações Unidas (ONU) de redução total da fome até 2030 (FAO et al., 2019).

Conforme McMichael (2009; 2012), desde meados da década de 1980 tem se consolidado o regime alimentar corporativo, caracterizado por adentrar a via neoliberal. A comida se torna uma mercadoria ligada ao valor de troca, não sendo tratada como um bem comum, resultado do enfraquecimento da capacidade dos governos nacionais de garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) à sua população e da consolidação de grandes empresas que atuam nas diversas etapas dos sistemas agroalimentares em escala internacional. De tal modo, o regime alimentar corporativo é um dos resultados da concretização do atual estágio de ajuste do modo de produção capitalista. Ele emerge num contexto de transição do Projeto de Desenvolvimento para o Projeto Neoliberal (McMICHAEL, 2000), ou seja, o modelo keynesiano, cujo Estado, que até então atuava de modo direito no planejamento, cede espaço ao modelo do livre mercado.

Todavia, como o modo de produção capitalista se caracteriza pela desigualdade e contradição, o regime alimentar corporativo deve ser interpretado, também, na perspectiva das estratégias que possuem como objetivo estrutural a sua superação. É nesse sentido que o presente trabalho enfatiza a Soberania Alimentar e a Agroecologia como reações do campesinato aos efeitos da Questão Agrária contemporânea.

A Soberania Alimentar foi apresentada em 1996 como a principal bandeira de luta da coalizão internacional de movimentos socioterritoriais agrários *La Via Campesina* (DESMARAIS, 2015). A ideia era criar uma alternativa à segurança alimentar, apresentada por instituições multilaterais e governos como uma estratégia de solução para a superação da fome. Ocorre que, apesar de prever alimentos em quantidade e qualidade suficientes para a população, a segurança alimentar não busca a superação do agronegócio como modelo hegemônico de desenvolvimento para o campo (WITTMAN, 2011), tampouco alinha-se a visão agroecológica. Nesse sentido, a

Soberania Alimentar foi lida, primeiramente, como uma proposta de mudança estrutural onde cada nação deveria controlar todas as etapas do seu processo de alimentação (LA VIA CAMPESINA, 1996). Com o passar dos anos, o conteúdo da Soberania Alimentar foi ampliado, entendida como:

[...] um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações (NYÉLÉNI DECLARATION, 2007, não paginado, tradução nossa, grifo nosso).

A Soberania Alimentar ocorre na escala da comunidade, visando garantir a cada povo o direito de definir suas políticas alimentares sem ser condicionado aos interesses de outros governos e/ou grandes corporações. A principal diferença entre essa proposta e a segurança alimentar fica expressa na medida em que para a ocorrência da Soberania Alimentar deve-se dar prioridade aos produtos de origem camponesa e indígena, ou seja, busca-se superar o modelo hegemônico do agronegócio. Ainda, comparece como uma alternativa ao neoliberalismo que enfoca na autonomia, nos mercados, nas redes de camponeses e nos ciclos de produção/consumo em escala local, bem como na soberania energética e tecnológica (ALTIERI, 2010).

De tal modo, a Soberania Alimentar traz novos conteúdos à Questão Agrária, na medida em que pontua os modos de vida e produção de camponeses e indígenas como detentores de respostas para algumas das principais crises que acometem o mundo na atualidade (climática, energética e alimentar, por exemplo). Nas palavras de McMichael (2016, p. 109):

[...] em vez de consignar as relações agrárias a uma narrativa de subordinação industrial e eliminação, ou marginalização, pequenos agricultores, o movimento de soberania alimentar constrói uma narrativa alternativa que atua dentro do conceito de preceitos da globalização corporativa, porém em oposição a eles.

Não à toa, uma das premissas para a implementação da Soberania Alimentar é a adoção da produção sob bases agroecológicas (ALTIERI, 2009). Todavia, deve-se ressaltar que nesse caso a Agroecologia não é vista apenas como um conjunto de técnicas produtivas, mas como a articulação dialética entre sociedade e natureza (GIRALDO; ROSSET, 2018), formando uma totalidade complexa (MOREIRA, 2006).

Assim, a Soberania Alimentar é um exemplo de que a subordinação das unidades de produção camponesas pela agricultura capitalista prevista na Questão Agrária clássica não se deu de modo completo. Ao proporem romper com a hegemonia do regime alimentar corporativo por meio da consolidação de sistemas agroalimentares locais e da Agroecologia, movimentos socioterritoriais do campo, a maior parte deles articulada pela *La Via Campesina*, denotam que o capitalismo não é uma totalidade, e que de modo contraditório do seu interior emergem relações sociais que não estão embasadas na exploração do trabalho e na busca pela reprodução ampliada do capital.

Por estar centralizada no modo de vida e produção de camponeses e indígenas, uma das condições para a ocorrência da Soberania Alimentar é a reforma agrária: “A soberania alimentar começa com os conceitos de direitos humanos e econômicos, os quais incluem o direito ao alimento, porém, ela vai além, defendendo a necessidade do direito à terra e o “direito de produzir” dos povos rurais” (ROSSET, 2009, p. 116, tradução nossa).

A luta dos movimentos socioterritoriais pelo acesso à terra via políticas de reforma agrária se dá de modo articulado à implementação da Soberania Alimentar. Partindo do fato que especialmente em países do Hemisfério Sul ainda predominam poderosas estruturas de concentração fundiária (OXFAM, 2016), a reforma agrária é um imperativo para que o campesinato se consolide como grupo responsável pela alimentação da população local.

Com base nessa perspectiva, abordamos a seguir a conjuntura agrária de Minas Gerais a partir de algumas experiências de ações de movimentos socioterritoriais no estado que têm trazido contribuições para a construção da Soberania Alimentar na escala local.

Conjuntura agrária de Minas Gerais

Como destacado na seção introdutória desse texto, o atual contexto político-institucional brasileiro é desfavorável às lutas dos movimentos socioterritoriais do campo. Vivemos num momento pós golpe parlamentar-jurídico-midiático, cuja ruptura da normalidade democrática e constitucional se iniciou com o *impeachment* formal da Presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a prisão do ex-Presidente Lula da Silva, em 2018. Forças políticas liberais conservadoras protagonizam ações que visam minar as iniciativas políticas lideradas, sobretudo, pelo PT.

Exemplos não faltam de que com a chegada de Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL) à Presidência da República, instalou-se uma conjuntura ainda mais favorável à expansão do agronegócio pelas águas, florestas e terras agricultáveis. Pode-se citar o questionamento feito pelo próprio Presidente da República e outros membros do Governo Federal em relação aos dados sobre a ampliação do desmatamento da Amazônia, o que culminou na demissão de Ricardo Galvão da direção do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Outro exemplo é a 80ª Proposta de Emenda Constitucional (PEC), apresentada por Flávio Bolsonaro, do PSL e filho do Presidente da República, visando alterar o artigo 186 da Constituição Federal que aborda a função social da terra. Com isso, seria praticamente inviabilizada a implementação da reforma agrária via desapropriação de terras.

Ao mesmo tempo, os dados levantados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2018) destacam um aumento nos conflitos no campo, envolvendo situações como disputas por terra, água, trabalho, garimpo, ações sindicais e violências contra a pessoa – assassinatos, ameaças, agressões e prisões. É também um período em que a liberação do uso dos agrotóxicos ocorre a passos galopantes. Até outubro de 2019, foram 382 registros, mantendo o nível de registros como o mais alto da série histórica, iniciada em 2005. Dos produtos anunciados, 10 são biológicos, que são utilizados na agricultura orgânica, 6 são novos e 41 são genéricos².

² Informação disponível em 03 de dezembro de 2019: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2019/10/03/governo-autoriza-mais-57-agrotoxicos-total-de-registros-em-2019-chega-a-382.ghtml>

Não obstante, a Lei 13.465/2017 (edição da antiga MP 759) recoloca, como nunca, a centralidade da questão da terra junto ao processo de financeirização da economia, de forma que dá maior efetividade à regularização fundiária na Amazônia - com intuito de ampliação do modelo para todo o país. Regulamenta-se o mercado formal de terras via privatização de terras públicas sem licitação, e desresponsabiliza-se o Estado em investimentos e políticas públicas. Embora o discurso defenda que a lei beneficiaria a agricultura camponesa, amplia-se para 2.500 ha. o tamanho das propriedades, além de regularizar as ocupações realizadas até o dia 22 de julho de 2018.

A Lei 13.340/2016 (MP 733) segue a mesma direção, perpetuando a hegemonia do latifúndio e o agronegócio. São concedidas facilidades financeiras e jurídicas à agricultura patronal, de modo que produtores rurais inscritos na Dívida Ativa da União puderem liquidar o saldo devedor com generosos abatimentos. Dívidas acima de 1 milhão de reais ganharam descontos, além da suspensão das execuções fiscais em andamento até o final de 2017.

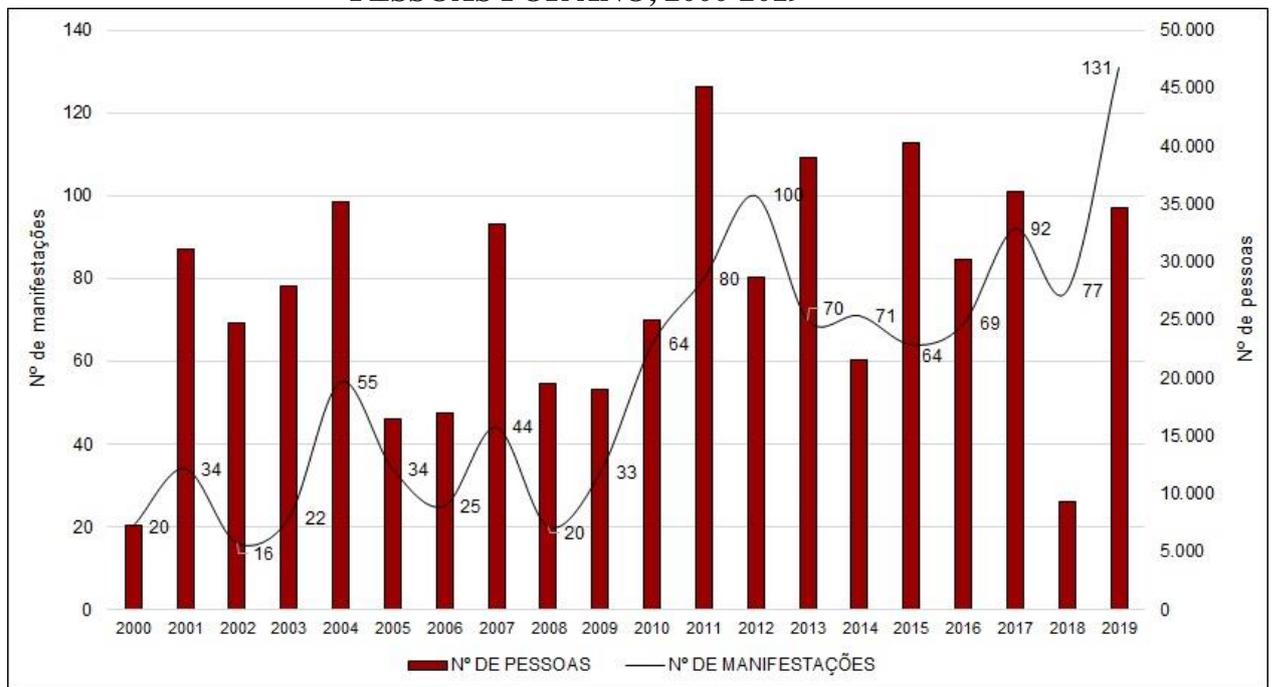
Em março de 2019, também assistimos à paralisação definitiva da reforma agrária. Foram canceladas as desapropriações e as demarcações de terras indígenas e quilombolas em todo o país. O grande intento é legalizar as terras já desapropriadas e emitir os títulos de domínio de posse da terra, iniciadas ainda no Governo de Temer. Em 2016 foram 1.222 títulos e em 2017 foram mais de 26 mil. Em janeiro e fevereiro de 2019, já foram emitidos 105 TD e 2.587 CCU (INCRA/SNCR, 2019).

No que se refere mais especificamente a Minas Gerais, desde 2019, com a ascensão de Romeu Zema, do Partido Novo, o governo tem se caracterizado por uma ampla inserção nas dinâmicas neoliberais. Constata-se que esse contexto tem sido favorável para que o caráter predatório que as grandes corporações exercem sobre os recursos naturais se intensifique, sendo os exemplos atrelados à mineração os mais explícitos. Em janeiro de 2019, por exemplo, houve o rompimento da barragem principal da mina Córrego do Feijão, da empresa Vale, liberando 11,7 milhões de toneladas de rejeito de minério de ferro. Como resultados desse crime, morreram 268 pessoas, além de grande devastação ambiental, especialmente no município de Brumadinho (ROSSI, 2019). Chama atenção o fato de que menos pouco mais de 3 anos antes, em Mariana, também em Minas Gerais, com o rompimento da barragem de

Fundão, da empresa Samarco, 19 pessoas morreram, além dos incontáveis danos à natureza (DRUMMOND, 2017).

Diante desse cenário, as manifestações são compreendidas como estratégias de luta e resistência que são realizadas, principalmente, nos grandes centros urbanos. Organizadas pelos movimentos socioterritoriais, pressionam o Estado, ao denunciar os graves problemas do campo (PEREIRA, 2015). Em Minas Gerais entre 2000-2019, foram 1.123 manifestações no Estado, totalizando 541 mil pessoas e cerca de 620 manifestações (DATALUTA, 2018), com maior incidência na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Norte de Minas e Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

GRÁFICO 1: MINAS GERAIS - NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES E DE PESSOAS POR ANO, 2000-2019



Fontes: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, 2020/DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2018. www.fct.unesp.br/nera

Como visto no Gráfico 1, observa-se aumento significativo das manifestações em 2019, ano em que o problema da água dominou em quase todos os estados da federação, com atos contra a construção de barragens e mineradoras, motivadas pelos rompimentos da barragem de Mariana (2018) e da Mina do Feijão, em Brumadinho (2019). Pelos crimes ambientais e em memória e solidariedade às vítimas de Brumadinho, Minas Gerais foi o estado que registrou manifestações empreendidas pelos

atingidos pelas mineradoras Vale e Samarco - não só em Brumadinho, como em outras localidades com barragens ameaçadas, - que, posteriormente, culminaram em protestos contra a impunidade e o descumprimento de acordos pela Fundação Renova, que somaram 82 atos (63%) do total de 131 manifestações. A Vale e a Samarco são empresas com capital aberto e significativa participação de estrangeiros em sua composição acionária. Elas contribuem para que, em nível nacional, Minas Gerais seja a segunda unidade da federação com maior presença de empresas de capital estrangeiro que atuam na exploração de recursos naturais entre 2013 e 2019 (40 no total), ficando atrás apenas de São Paulo (43 no total) (REDE DATALUTA, 2018).

A criminalização dos movimentos socioterritoriais frente às ocupações de terra corrobora para o aumento do número de manifestações em todo o país. Em Minas Gerais, mesmo que apresente um padrão irregular, elas aumentaram entre 2016 e 2017, passando de 69 para 92, denunciando desde a injustiça e a violência como a demanda por melhores condições de educação no campo e romarias (Gráfico 1).

Com base na fonte de dados Dataluta sobre estrangeirização, os registros considerados de média e grande propriedade em nome de estrangeiros apresentam expressivo crescimento em Minas Gerais. Entre as décadas de 1910 e 2000, o total de registros no estado saltou de 2 para 534, alcançando ápice na década de 1980, com 693. Unai, Paracatu, Minas Novas, Cônego Marinho e Bonito de Minas são cinco municípios que possuem pelo menos 50% da área de grandes e médias propriedades registradas em nome de estrangeiros (PRETTO, 2008). O Estado também se apresenta entre as onze unidades federativas que possuem mais de 91% da área total de terras registradas como médias e grandes propriedades em nome de estrangeiros em todo o Brasil, e ocupa o 4º lugar (PRETTO, 2008).

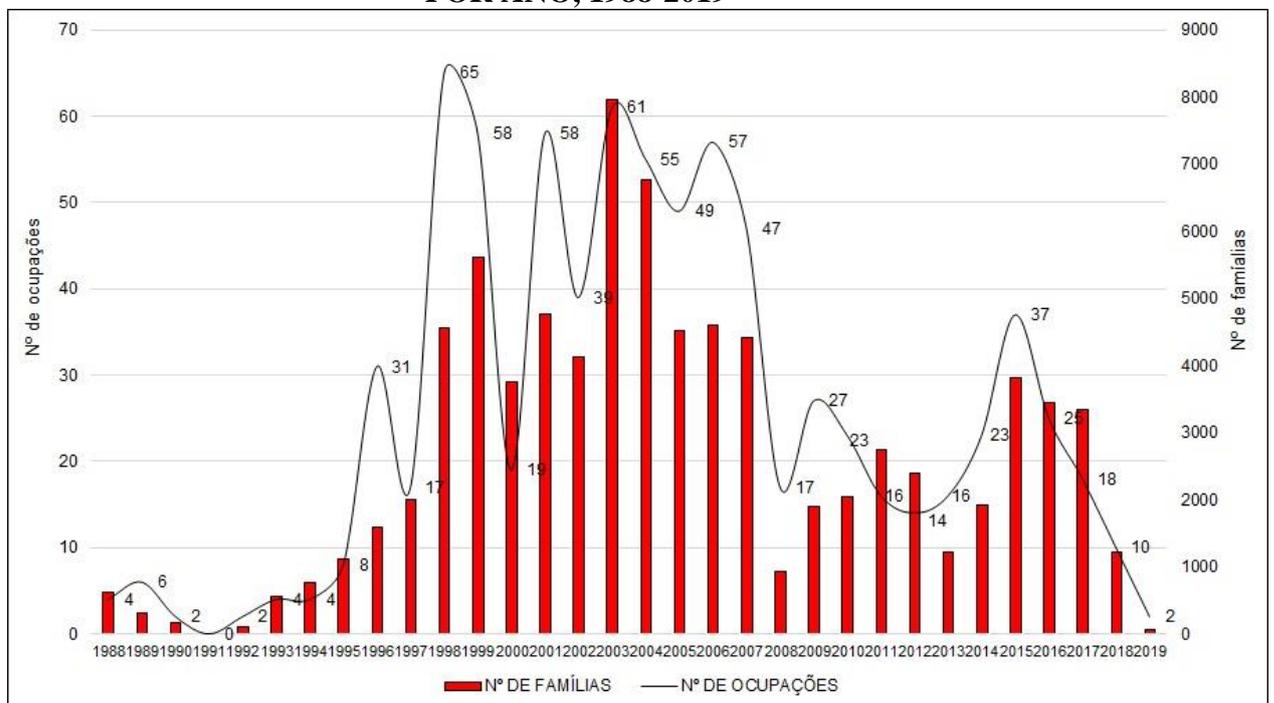
Além da mineração, essas empresas têm atuado na produção de outras *commodities* como o café, a cana-de-açúcar, o algodão, o monocultivo de árvores e os grãos em rotação. Isso testifica que cada vez mais a atuação das grandes empresas do agronegócio por meio da articulação entre diferentes escalas, acentuando seu caráter transnacional.

No Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba chamam a atenção duas corporações. A japonesa Mitsui & Co controla 87 mil hectares de terras cultivadas com grãos na Bahia, no Maranhão e em Minas Gerais. A multinacional Bunge administra 230 mil hectares

de cana-de-açúcar no Brasil por meio de parcerias (GRAIN, 2012), atuando nos municípios de Frutal, Santa Juliana e Itapagipe.

Ao mesmo tempo em que a exploração dos recursos naturais por grandes corporações exemplifica a hegemonia do agronegócio em Minas Gerais, também se constata que o presente contexto é caracterizado pelo arrefecimento de tradicionais estratégias de luta pela terra nessa unidade federativa (Gráfico 2). Em 2017, por exemplo, ocorreram 18 ocupações de terras com a participação de 3.341 famílias, especialmente no Norte e no Oeste do estado (REDE DATALUTA, 2018), reforçando uma tendência de queda nos dados sobre esse tipo de ação dos movimentos socioterritoriais que tem caracterizado o período que sucedeu o golpe contra Dilma Rousseff, em 2016 (CLEPS JR. et al., 2018). O movimento socioterritorial mais atuante em Minas Gerais tem sido o MST, responsável por 14 ocupações de terra em 2017, sendo que as demais ações foram desempenhadas por indígenas da tribo Kariri, a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), a União Nacional de Luta Camponesa (UNLC) e organizações independentes (REDE DATALUTA, 2018).

GRÁFICO 2 - MINAS GERAIS – NÚMERO DE OCUPAÇÕES E DE PESSOAS POR ANO, 1988-2019

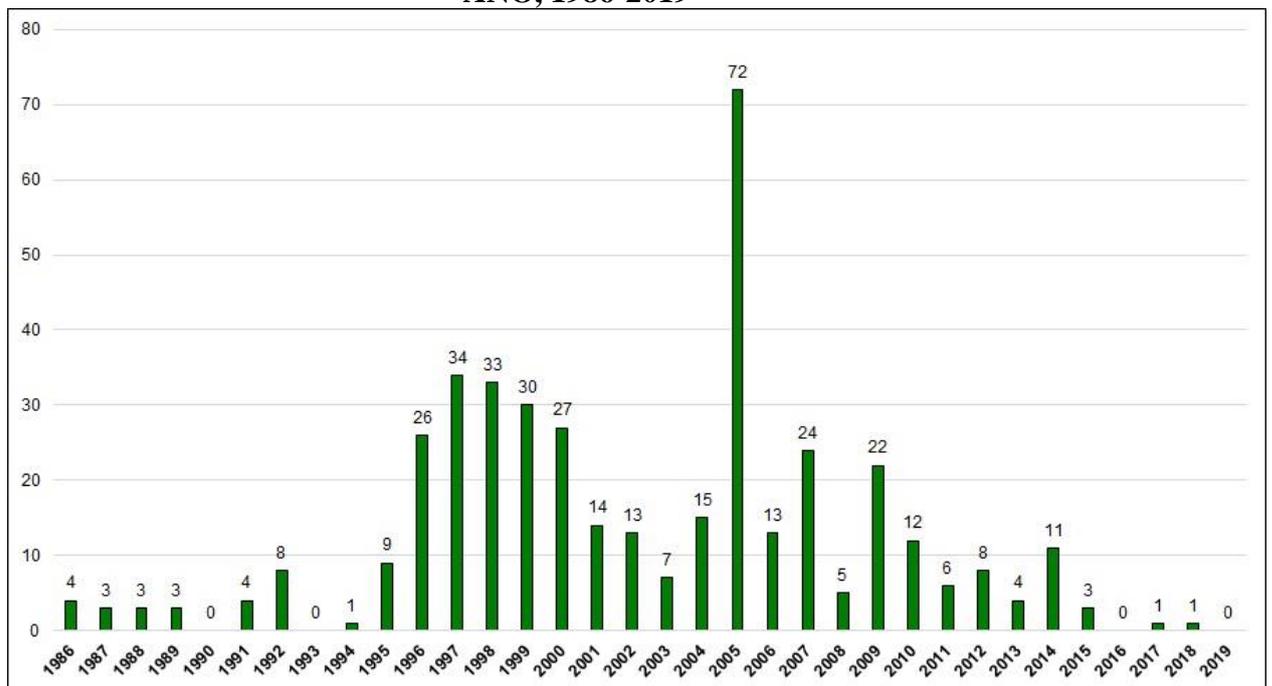


Fontes: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, 2020/DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2020. www.fct.unesp.br/nera

De acordo com o Gráfico 2, um dos fatores que explica a queda no número de ocupações de terras em Minas Gerais relaciona-se ao contexto nacional, o que rebate diretamente no número de assentamentos rurais criados nos últimos anos (Gráfico 3).

Em resultado a crise político-institucional brasileira, em 2016 e 2019 nenhum assentamento rural foi criado no Estado, ao passo que em 2017 houve apenas 1, o Projeto de Assentamento Água Limpa, em Campina Verde, com capacidade para 27 famílias (REDE DATALUTA, 2018). Em 2018 também houve a criação de apenas 1 assentamento, que corresponde ao PA Celso Lúcio (Carinhosa), localizado em Uberlândia, referenciado mais adiante neste trabalho. À isso soma-se o contexto institucional desfavorável dos acampados, à exemplo das recentes decisões judiciais favoráveis ao despejo das mais de 450 famílias que vivem no Acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio (COCA et al., 2018), e no Acampamento 19 de Março, em Uberaba.

GRÁFICO 3- MINAS GERAIS - ASSENTAMENTOS RURAIS CRIADOS POR ANO, 1986-2019



Fontes: CEDOC Dom Tomás Balduino - CPT, 2020/DATALUTA - Banco de Dados da Luta Pela Terra, 2020. www.fct.unesp.br/nera

Somado a isso, em 2003 inicia-se, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a fase pós-neoliberal. A reforma agrária foi tratada, mais uma vez, como uma política compensatória, não adentrando a urgente e necessária dimensão estrutural de mudanças para o país. Nas duas gestões do governo Lula e na primeira do governo Dilma, houve nítido crescimento econômico que, paralelamente a criação de políticas de distribuição de renda, melhoraram minimamente a qualidade de vida da população pobre. Esta realidade diminuiu o número de famílias em ocupações terras, uma vez que estas passaram a ter acesso às políticas públicas que as retirou do mapa da fome (FERNANDES, et al., 2017).

Em suma, constata-se que no presente o processo de territorialização do campesinato via ocupação da terra e criação de assentamentos rurais não tem sido tão intenso em Minas Gerais como em outros contextos, à exemplo dos primeiros mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-1998), do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2007), do Partido dos Trabalhadores (PT).

Considerando esse vácuo, na sequência do texto destacamos como ações que visam implementar a Agroecologia e a Soberania Alimentar pela via da produção e do consumo aparecem como novas estratégias de luta dos movimentos socioterritoriais em Minas Gerais.

A construção da Soberania Alimentar e da Agroecologia na pauta de lutas dos movimentos socioterritoriais do campo em Minas Gerais

Como o capitalismo é caracterizado por uma “falha metabólica”, em que ocorre uma série de rompimentos de ciclos e processos naturais devido às ações humanas (SCHNEIDER; McMICHAEL, 2010), a Soberania Alimentar, além de prever que camponeses e indígenas sejam os principais provedores de alimentos para as comunidades, também tem por premissa que a produção se dê por meio de bases sustentáveis. De tal modo, movimentos socioterritoriais do campo têm utilizado a Agroecologia não apenas como uma ciência ou técnica, mas principalmente como um princípio ontológico.

Sendo assim, o entendimento sobre o desenvolvimento de ações embasadas em princípios da Soberania Alimentar e da Agroecologia em Minas Gerais passa pela consideração de que, como parte das contradições do capitalismo, essas construções alternativas podem ser implementadas por meio de experiências que mesmo não rompendo por completo com a hegemonia do agronegócio, ao menos criam possibilidades para a reprodução do modo de vida e produção do campesinato. São ações que emanam resistência, enfrentamento e questionamento à lógica capitalista no campo. Isso se dá, principalmente, pela produção de mercados alternativos, onde além da busca pela maximização dos lucros e competitividade – características da racionalidade neoliberal (DARDOT; LAVAL, 2016) – também são levados em consideração os aspectos político-sociais e a busca pela superação dos limites ecológicos que têm sido apresentados pelo modo de produção capitalista.

Em escala global, as ações embasadas na Soberania Alimentar e na Agroecologia têm avançado de referências exclusivas aos aspectos produtivos para valorizar também as relações de consumo (De SCHUTTER, 2015b). Como parte desse processo, em Minas Gerais, ao mesmo tempo em que se percebe a busca pela reestruturação das unidades familiares por meio da produção sob bases agroecológicas, também se vê a rearticulação entre cidade e campo por meio da criação de mercados alternativos. Essas experiências compõem a atualidade da luta pela/na terra, de modo que o significado político-econômico-cultural do alimento passa a ter, cada vez mais, maior importância.

Enfrentamentos e resistências do campesinato no Sul de Minas

Como exemplo das mudanças ocasionadas nas unidades de produção camponesas com a transição agroecológica é destacada a experiência do MST em Campo do Meio, no Sul de Minas Gerais. Nesse município estão localizados 2 assentamentos rurais: o Primeiro do Sul, criado em 1997 com 47 famílias, e o Nova Conquista, criado em 2014 com 11 famílias; além do Acampamento Quilombo Campo Grande, que como já ressaltado, possui cerca de 450 famílias, organizadas em 11 comunidades. Tanto os assentamentos como os acampamentos estão relacionados ao processo de falência da Usina Ariadnópolis em meados da década de 1990, e a luta

liderada pelo MST para a destinação das terras ocupadas por ela para fins de reforma agrária.

Considerando que após a conquista da terra se faz necessário desenvolver estratégias produtivas que vão além dos princípios do agronegócio, o MST, por meio da Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (CAMPONESA), tem incentivado os acampados e, principalmente, os assentados de Campo do Meio, à transição agroecológica.

A CAMPONESA foi fundada no ano de 2012 e possui 40 famílias filiadas, contando com o Selo de Produção da Agricultura Familiar (SIPAF), que é oferecido pelo Governo Federal. Esse coletivo é um dos cerca de 400 membros da Central de Orgânicos do Sul de Minas, que adota o mecanismo de Certificação Participativa. Para isso, organiza-se por meio de um Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade (OPAC), o qual é credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a fim de participar do Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos e utilizar o selo de orgânicos (SisOrg), que faz com que os produtos sejam reconhecidos em todo o território nacional. Dentre os produtos orgânicos comercializados pela CAMPONESA constam: café arábica, açúcar, farinhas, feijões, molhos, pimentas, rapaduras e doces.

Como exemplo de que a Agroecologia vai além das técnicas produtivas e suas respectivas certificações, a CAMPONESA também tem expressado uma nítida preocupação com a superação do patriarcalismo no campo. Como resultado disso, ela possui o Coletivo de Mulheres Raízes da Terra, que se reúne semanalmente para a organização de um espaço onde são produzidas plantas fitoterápicas. Tomando como base a contribuição de Grey e Patel (2015) sobre a ampliação do escopo da Soberania Alimentar no Hemisfério Norte, pode-se concluir que os fitoterápicos produzidos pelo Coletivo Raízes da Terra denota a crescente importância dos aspectos culturais na composição dessa proposta contra-hegemônica. Ou seja, para na Soberania Alimentar e na Agroecologia os alimentos são abordados para além de sua caracterização como *commodity*, sendo entendidos como bens sociais.

O exemplo do MST em Campo do Meio destaca a importância das dinâmicas produtivas sob o viés da Agroecologia como forma de dinamizar as áreas de reforma agrária ou que são demandadas para integrá-la, no caso os acampamentos.

Como a articulação entre a Agroecologia e Soberania Alimentar exige a consideração de todo o sistema agroalimentar, também é relevante abordar as estratégias de inserção dos movimentos socioterritoriais do campo nos mercados urbanos por meio da oferta de alimentos frescos e saudáveis, visando superar o modelo dos ultraprocessados.

Feiras agroecológicas: a universidade luta!

Nesse prisma, ganha significativa importância as feiras agroecológicas, espaços em que os camponeses, e em menor escala, agricultores urbanos e desacampados, comercializam os produtos gerados sem o uso de insumos químicos. A Feira da Agricultura Camponesa, vinculado ao projeto de extensão Fortalecendo a Agricultura Camponesa em Uberaba (FACU), da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em Uberaba (MG), é um desses espaços.

O FACU iniciou suas atividades em 2016 durante a II JURA, centralizando esforços na realização das feiras camponesas. As feiras ocorrem esporadicamente dentro do *campus* da UFTM, em Uberaba, e contam com a participação de cerca de 20 famílias, dentre as quais encontram-se membros de movimentos socioterritoriais do campo, como o MST. Além das feiras, as ações do projeto visam estreitar a ligação do camponês com a comunidade externa e a comunidade acadêmica da UFTM, promovendo encontros semanais ou quinzenais sobre o projeto com extensionistas.

O FACU busca promover o fortalecimento da agricultura camponesa, atingindo a comunidade universitária e a comunidade externa da UFTM. É uma construção coletiva subsidiada por reflexões teórico-práticas viabilizadas por diversas pesquisas, extensões e atividades atreladas ao ensino (BATISTA; VINHA, 2020). Suas ações visam fomentar debates sobre a importância da Soberania Alimentar e da existência de políticas e projetos que estimulem a agricultura camponesa e a produção de alimentos com práticas agroecológicas (BATISTA; VINHA, 2020).

Dentre as principais atividades realizadas, destacam-se: Espaços coletivos de organização e planejamento das ações a partir do Coletivos de Educação, Comunicação e Produção; estudos e pesquisas no Núcleo de Estudos Territoriais e Agrários (Naterra); participação e organização de espaços educativos na UFTM atinentes as temáticas do

programa como as Jornadas Universitárias em defesa da Reforma Agrária; Colóquio de Questão Agrária e Formação Camponesa; Feiras da Agricultura Camponesa; Grupos de Consumo Responsável (GCR); Visitas de campo nos assentamentos rurais e articulação com outros assentamentos rurais e organizações populares de Uberaba e região.

A proposta é que a feira aconteça semanalmente, contudo, algumas questões ainda impedem a regularidade da periodicidade. A ausência de apoio institucional para montagem e desmontagem das barracas, bem como seu transporte, ainda são fatores que limitam o seu pleno desenvolvimento e geram obstáculos ao fortalecimento da agricultura camponesa.

O campesinato que participa das feiras possui suas particularidades, já que aglutina tanto famílias assentadas de Uberaba, Uberlândia e Campo Florido (MG) como famílias desacampadas da Fazenda Pão de Queijo, localizada em Uberaba (MG), área reintegrada em fevereiro de 2018. O acampamento Rural 19 de Março foi organizado pelo MST, cuja área foi ocupada em 04 de julho de 2015. Com a reintegração, as famílias passaram a produzir em áreas arrendadas dentro e fora de Uberaba. As famílias assentadas que participam da feira residem nos assentamentos Dandara, Tereza do Cedro (Uberaba), Emiliano Zapata (Uberlândia) e Santo Inácio Ranchinho (Campo Florido).

Dado esse contexto, a situação territorial de muitas famílias baseia-se no arrendamento de terras para produção, o que reforça a existência da concentração fundiária na região e a necessidade da política de reforma agrária. No que tange a produção, há o início de um processo de transição agroecológica, com a utilização de menos agentes agroquímicos e substâncias agressivas à natureza, como a mamona, a pimenta e óleo de nin.

Em 2018 a comercialização e distribuição da Feira da Agricultura Camponesa girou em torno 3 toneladas de alimentos diversificados, dentre verduras, legumes, frutas e grãos majoritariamente livres de agrotóxicos. As quitandas, lanches e artesanatos regionais também foram presentes na feira. A diversidade ainda poderia ser maior, no entanto, pequena parte conta com o apoio de programas do governo, como o PNAE e PAA.

No que no que diz respeito aos limites e potencialidades do FACU e das transformações ligadas à produção e comercialização, constata-se inúmeras dificuldades: ausência de políticas públicas, assistência técnica e/ou créditos; acesso aos recursos hídricos, o que prejudica sobremaneira a produção (BATISTA, VINHA, 2020).

Os conflitos fazem parte da rotina dos desacampados e assentados, cercados pelo avanço do agronegócio sucroalcooleiro que se territorializa intensamente na região (FERREIRA, VINHA, 2020). Há relatos de camponeses sobre a contaminação das suas lavouras, uma vez que a dispersão de agrotóxicos por aviões, a qual percorre as águas e leva as substâncias químicas ao lençol freático, contamina a produção. O acesso e a capacitação técnica sem insumos químicos é outro desafio, além das dificuldades no planejamento da produção.

Em contrapartida, como forma de resistência, as famílias produzem verduras, legumes, frutas, quitandas, doces e lanches, consideradas alternativas de enfrentamento às precárias condições sociais e econômicas. Ainda, aponta um outro caminho produtivo, cujos elementos evidenciam a necessidade da construção da soberania alimentar. Pautado em bases e práticas agroecológicas, o campo vem apresentando à cidade seu importante papel junto à produção de alimentos saudáveis, uma luta que vem sendo travada pelo campesinato brasileiro alinhado aos interesses de toda a sociedade. A cooperação, a autonomia do plantio e produção, a melhora na qualidade da alimentação, a policultura e o manejo agroecológico são perspectivas no horizonte das famílias que participam das feiras. Essas são questões que se relacionam à lógica camponesa e que se contrapõe à racionalidade ditada pelo regime corporativo alimentar (BATISTA, VINHA, 2020).

Tais questões afetam diretamente a construção do projeto de soberania alimentar, cujo campesinato e a política de reforma agrária são as bases elementares. Um dos principais desafios que se colocam no horizonte perpassa a desconcentração fundiária. Grandes propriedades estão presentes em toda a extensão territorial do município. Dos 420 mil hectares ocupados por todas as propriedades cadastradas junto ao Cadastro Ambiental Rural (CAR), quase 60% está sob o controle do latifúndio (VINHA; MASSON, 2018).

ACAMPRA e COOPERSAFRA: duas experiências na construção da agroecologia

O assentamento Emiliano Zapata nasceu em 1999, fruto de um processo de luta camponesa com cerca de 25 famílias que se iniciou com a ocupação da fazenda Bebedouro, em Uberlândia, desapropriada em 2004, se transformando no assentamento Canudos. O acampamento é considerado um marco decisivo para o avanço do processo de luta do MST no Triângulo Mineiro, pois além da conquista do assentamento Canudos, o movimento também conquistou outros três assentamentos no mesmo período: Flávia Nunes, na fazenda Água Limpa, Florestan Fernandes, na FERUB, e Emiliano Zapata, na fazenda Santa Luzia.

Em 2006, o assentamento Zapata foi criado, mesmo ano do assentamento Flávia Nunes, em Uberlândia. Entre 2006-2011, o período foi de consolidação do assentamento. Apenas em 2013, ano em que os assentados acessaram o PRONAF (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar), é que as hortas foram iniciadas, com a comercialização dos seus produtos em feiras na cidade de Uberlândia. Só a partir de então, com a produção de alimentos, as famílias dos três assentamentos se organizaram, fundando, em 2014, a Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária – Acampra (RIBEIRO, 2019).

Em 2013, o assentamento passou a participar do PNAE e do Restaurante Universitário da UFU, através de chamadas públicas. A parceria com a Prefeitura de Uberlândia e a Universidade Federal de Uberlândia foi firmada, e em 2016 ampliou-se a comercialização para os municípios de Araguari e Prata. No total, são cerca de 15 mil crianças e adolescentes atendidos, escoando cerca de 10 toneladas de alimentos por semana. A Acampra fornece 40 toneladas semanais de hortifrúti para cinquenta e seis escolas estaduais e municipais em Uberlândia e Araguari (RIBEIRO, 2019).

São 22 famílias camponesas assentadas da reforma agrária de Uberlândia que integram a Acampra, ocupando cada uma lotes de 17 hectares, dos quais de 1 a 7,5 são destinados à produção. A produção e comercialização de alimentos da Acampra está fundada em práticas agroecológicas. Em razão da crescente dependência de insumos externos de alto custo baseada no modelo convencional, cinco sítios do assentamento iniciaram, em 2017, a produção orgânica. Foi formando o Núcleo Agroecológico do Assentamento Canudos, através do projeto Semeando Agroflorestas, do MST. Cerca de

24 famílias do assentamento participaram do núcleo. As famílias camponesas foram registradas em fevereiro de 2018 na Organização de Controle Social (OCS) Embaúba.

Regulamentado pelo MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), a OCS constitui-se numa ferramenta em que os próprios camponeses que participam asseguram que seus produtos sejam livres de agrotóxicos e fertilizantes químicos, permitindo a venda direta aos consumidores. A legislação determina que as OCS se cadastrem nas Superintendências Federais de Agricultura do MAPA. Esse procedimento, chamado de Rastreabilidade, garante a produção agroecológica familiar, já que para cada família produtora é emitida uma Declaração de Cadastro (BRASIL/MAPA, 2008).

Com a OCS, a comercialização passou a ser feita em feiras agroecológicas na cidade de Uberlândia. Além das feiras, outra estratégia lançada foi a formação de Grupos de Consumo de Cestas Agroecológicas (RIBEIRO, 2019). Esses Grupos buscam promover um mercado alternativo baseado na confiança e nas redes de cooperação e solidariedade, uma vez que semanalmente cestas agroecológicas são adquiridas pelas famílias que vivem na cidade. Com o consumo rotineiro de alimentos agroecológicos, essa forma de comercialização vem contribuindo para a transformação de hábitos e costumes, bem como na reflexão da lógica camponesa. Isso quer dizer que, diferente da lógica capitalista, que impõe uma produção incessante de culturas alimentares apartada da natureza, concebendo o alimento como mercadoria, a lógica camponesa se expressa, nesse caso, pela disponibilidade das culturas plantadas, com respeito ao tempo e ao ritmo da natureza. Não há uma determinação das culturas que serão adquiridas pelos consumidores, mas é construído um processo educativo entre os participantes que discute parte da racionalidade camponesa, de forma que a periodicidade das verduras, legumes e frutas, por exemplo, é tratada diante de uma perspectiva de respeito à biodiversidade.

Outra experiência que tem alcançado destaque em Uberlândia se originou com a formação do acampamento Lucilene Fernandes, em 2009, por integrantes pelo MLST (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade), Fazenda Carinhosa, em Uberlândia, atualmente um pré-assentamento que conta com aproximadamente 60 famílias³.

³ A ocupação da Fazenda Carinhosa ocorreu em 2009. Em 2018 foi criado o PA Celso Lúcio Moreira da Silva (Carinhosa) pelo INCRA com cerca de 60 lotes, que variam de 9 ha à 14 ha.

No assentamento Carinhosa foi implantada a experiência de moeda social, a Safra, em denominação à Cooperativa de Economia Popular Solidária da Agricultura Familiar Reflorestamento e Agroecologia – COOPERSAFRA, criada para estimular o trabalho em associativismo que ocorre entre os produtores do assentamento. A iniciativa da moeda é a geração de uma economia de troca entre os associados, que é utilizada como equivalente a hora trabalho e para adquirir produtos de outros lotes do acampamento, além do uso no comércio local próximo e em alguns estabelecimentos, principalmente de produtos agropecuários. Também é utilizada para obtenção de pequenos empréstimos entre os cooperados, que podem ser remunerados por horas de trabalho. No assentamento existem diversos sistemas de produção, principalmente agroecológicos, mas também de monocultivos de mandioca, milho, hortaliças, frutas e criação de animais.

Não podemos deixar de destacar, no aspecto fundiário e jurídico, os enormes entraves enfrentados pelos assentados desde a fase de negociações para obtenção da terra pelo INCRA com o proprietário desde 2009, quando ocorre o processo de ocupação da área. Foram muitas idas e vindas que envolveram desde a falta de orçamento do órgão para a compra do imóvel e posterior recuo do fazendeiro em vender o imóvel. Porém, o fato mais grave resulta da assinatura do Decreto para o pagamento das terras e criação do assentamento. O decreto de aquisição foi um dos últimos atos da ex-presidenta Dilma Rousseff antes do seu impeachment em 2016, porém quando Michel Temer assumiu o poder, logo na primeira semana, cancelou o decreto de compra da fazenda. Além disso, uma nova orientação do INCRA implementou, em resultado do Decreto 9.311/2018 (Capítulo1), a necessidade de haver processo de seleção dos beneficiários, podendo incluir outras famílias senão as que já estavam acampadas no pré-assentamento, mas também pela contestação posterior do Tribunal de Contas da União (TCU) da inconstitucionalidade da pontuação atribuída para os que já trabalhavam na terra.

Por consequência, passada uma década sem solução, a disputa e recuos jurídicos têm gerado uma enorme insegurança para os assentados, pois impede que sejam acessados recursos financeiros a exemplo, do PRONAF, entre outras ações que poderiam melhorar as condições de vida dos agricultores assentados.

A criação do projeto de assentamento Carinhosa em 2018, oficialmente como PA Celso Lúcio, é um reflexo da política fundiária no Brasil desde o Governo Temer, caracterizada pela completa paralisação das ações da Reforma Agrária no Brasil e em Minas Gerais tanto pela redução drástica dos recursos destinados às políticas fundiárias como pelas mudanças legais e normativas do INCRA ocorre após o Golpe, agravando o contexto da violência em curso no campo brasileiro. As medidas jurídicas alteram as políticas de Reforma Agrária, trazem insegurança e apreensão para os trabalhadores e lideranças engajados na luta pela terra (CLEPS JR., 2018).

Portanto, com relação aos aspectos produtivos e organizativos dos agricultores, os exemplos pontuados aqui denotam que a Agroecologia tem sido vista como uma das estratégias que compõem a luta dos movimentos socioterritoriais do campo na atualidade. Além das mudanças geradas nas unidades de produção, ela também tem sido importante por criar novos elos entre os camponeses e a população urbana da região em que vivem, especialmente por meio de espaços de comercialização como feiras e armazéns. A criação desses canais curtos de comercialização vem ao encontro de um dos principais componentes da Soberania Alimentar que é a diminuição do percurso adotado para que os alimentos cheguem até a mesa dos consumidores.

Considerações finais

O retrocesso na questão agrária brasileira a partir do Golpe de 2016 colocou em evidência aspectos da crise política e institucional e dos ataques aos direitos e às populações que lutam no campo, o desmantelamento de órgãos de apoio e de atuação na questão fundiária, indígena e ambiental. O ano de 2019 encerra uma década em que a política de Reforma Agrária sofreu a maior retração da história, desde o período após o fim do regime militar e início do processo de redemocratização (a partir de 1985) pelo número de assentamentos criados, famílias beneficiadas e áreas desapropriadas. Foi um ano que inaugurou uma nova fase da questão agrária, marcada pelo aumento dos despejos, assassinatos e completa paralisação da Reforma Agrária no Brasil. Não apenas na gestão Bolsonaro, como também em nível estadual, com a ampliação da violência

contra as comunidades tradicionais e indígenas, acampamentos e assentamentos, o aumento de assassinatos e despejos e a destruição de casas e plantações.

Ao considerar o caráter contra-hegemônico da Agroecologia e da Soberania Alimentar, esse texto trouxe uma leitura sobre a Questão Agrária atual com base na criação de alternativas ao modelo do agronegócio por parte dos movimentos socioterritoriais do campo. Demonstrou-se que as ascensões dos governos de ultra-direita de Jair Bolsonaro, na escala federal, e de Romeu Zema, na escala estadual, têm representado um contexto de maiores dificuldades para os movimentos socioterritoriais do campo, o que se reproduz, por exemplo, por meio da menor quantidade de assentamentos criados pela desapropriação, do maior consumo de agrotóxicos e da expansão do agronegócio sobre as terras, águas e florestas.

Todavia, como parte das contradições do capitalismo, o campesinato cria estratégias para reproduzir seu modo de vida e de trabalho. Assim, demonstramos nesse trabalho que ações de produção agroecológica emergem como um dos principais componentes na ressignificação das lutas dos movimentos socioterritoriais do campo. Isso acontece tanto nos espaços de produção quanto nos de comercialização. Como resultado, são efetivadas ações que visam eliminar alguns dos desequilíbrios ecológicos causados pelo modelo do agronegócio e ao mesmo tempo despertar na população urbana a compreensão de que a agricultura camponesa pode trazer importantes contribuições para a superação dos problemas sociais e ambientais que estão atrelados direta e indiretamente ao processo de alimentação.

Referências

- ALTIERI, M. A. Agroecology, Small Farms, and Food Sovereignty. **Monthly Review**, p. 102–113, 2009.
- BATISTA, A. N.; VINHA, J. F. S. C. Desafios para a construção da soberania alimentar em Uberaba (MG). **Geografia em Questão**. v. 13, n. 3, AGB, p.115-129, 2020.
- BORRAS JR., S. M.; FRANCO, J. C. Global land grabbing and trajectories of Agrarian change: A preliminary analysis. **Journal of Agrarian Change**, v. 12, n. 1, p. 34–59, 2012.
- CLEPS JR., J. et al. Conjuntura das lutas sociais em Minas Gerais no Pós-golpe de 2016. **Boletim DATALUTA**, n. 129, p. 2-8, 2018.

COCA, E. L. F. et al. A luta pela/na terra em tempos de instabilidade institucional: o acampamento Quilombo Campo Grande, em Campo do Meio - MG. **Boletim DATALUTA**, n. 31, p. 2–9, 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil - 2018**. Goiânia, 2018.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

De SCHUTTER, O. Don't let food be the problem. **Foreign Policy**, 2015a.

De SCHUTTER, O. Food democracy South and North: from food sovereignty to transition initiatives. **Open Democracy**, 2015b.

DESMARAIS, A. A. The gift of food sovereignty. **Canadian Food Studies**, v. 2, n. 2, p. 154–163, 2015.

DRUMMOND, R. Tragédia De Mariana. Crime Completa Dois Anos Neste 5 De Novembro. In: **Brasil de Fato**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/11/03/tragedia-de-mariana-or-crime-completa-dois-anos-neste-5-de-novembro/>. Acesso em: 6 ago. 2019.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Revista Terra Livre**, nº 15. São Paulo: AGB, 2000, p. 59-85.

FERNANDES, B. M. **O novo nome é agribusiness**. Presidente Prudente, 2004.

FERNANDES, L. **MST presenteia Belo Horizonte com o Armazém do Campo - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2017/11/25/mst-presenteia-belo-horizonte-com-o-armazem-do-campo.html>. Acesso em: 8 ago. 2019.

FERREIRA, M. O.; VINHA, J. F. S. C. Expressões do agronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, v. 1, n. 31, p. 495-522, 1 jun. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO) et al. **The state of food security and nutrition in the world. Safeguarding against economic slowdwns**. Roma, 2019.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. **Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 3, p. 545–564, 2018.

GONÇALVES, J. **Armazém do Campo completa 2 anos de alimento saudável e política em SP - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/08/01/armazem-do-campo-completa-2-anos-de-alimento-saudavel-e-politica-em-sp.html>. Acesso em: 8 ago. 2019.

GREY, S.; PATEL, R. Food sovereignty as decolonization: some contributions from Indigenous movements to food system and development politics. **Agriculture and Human Values**, v. 32, n. 3, p. 431–444, 2015.

LA VIA CAMPESINA. **Tlaxcala: Declaração da Via Campesina**. Tlaxcala, 1996.
BRASIL, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO. **Controle social na venda direta ao consumidor de produtos orgânicos sem certificação**. Brasília: Mapa/ACS, 2008, 24 p.

McMICHAEL, P. **Development and social change: a global perspective**. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2000.

McMICHAEL, P. A food regime analysis of the “world food crisis”. **Agriculture and Human Values**, v. 26, n. 4, p. 281–295, 2009.

McMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. **Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 3–4, p. 681–701, 2012.

McMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: EdUNESP, 2016.

MONTEIRO, C. A.; CANNON, G. Calories do not add up. **Public Health Nutrition**, v. 18, n. 04, p. 569–570, 2015.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006.

MOURA, D. J. **A Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária do Município de Uberlândia - ACAMPRA: desafios e perspectivas do acesso às políticas públicas na reforma / Daise Jesus de Moura**. Dissertação de Mestrado: PPG Geografia/UFU. 2017. 116 p.

MOYO, S.; JHA, P.; YEROS, P. The Classical Agrarian Question : Myth , Reality and Relevance Today. **Agrarian South: Journal of Political Economy**, v. 2, n. 1, p. 93–119, 2013.

NYÉLÉNI DECLARATION. **Declaration of Nyéléni - Forum for Food Sovereignty**, 2007.

OXFAM. **Desterrados: tierra, poder y desigualdad en América Latina**. Boston, 2016.
PAULA, N. M.; SANTOS, V. F.; PEREIRA, W. S. A financeirização das commodities agrícolas e o sistema agroalimentar. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, v. 23, n. 2, 2015.

PEREIRA, D. V. **Participação política, desenvolvimento territorial, e mudança social: um estudo das manifestações dos movimentos socioterritoriais do campo no estado de São Paulo no período 2000-2012**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2015.

PRETTO, J. M. **Imóveis rurais sob propriedade de estrangeiros no Brasil**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2008.

REDE DATALUTA. **Relatório DATALUTA Brasil - 2017**. Presidente Prudente, 2018.

RIBEIRO, L. A. **As potencialidades e desafios da agroecologia na sua multidimensionalidade: o núcleo agroecológico do assentamento rural Canudos, Uberlândia - MG**. 2019. 172 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

ROSSET, P. Fixing our global food system: food sovereignty and redistributive land reform. **Monthly Review**, v. 61, n. 03, p. 114–128, 2009.

ROSSI, A. **As conclusões da CPI de Brumadinho no Senado, que pede indiciamento de 14 pessoas por homicídio - BBC News Brasil**. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48848882>. Acesso em: 6 ago. 2019.

SCHNEIDER, M.; McMICHAEL, P. Deepening, and repairing, the metabolic rift. **Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 3, p. 461–484, 2010.

SILVA, M. **"2019 será sinônimo de luta e resistência" - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2018/12/30/2019-sera-ser-sinonimo-de-luta-e-resistencia.html>. Acesso em: 7 ago. 2019.

SILVA, M. **Adalberto Martins: "A resistência ativa é a negação desse modelo de produção promovido pelo agronegócio" - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Disponível em: <http://www.mst.org.br/2019/03/28/adalberto-martins-a-resistencia-ativa-e-a-negacao-enquanto-pratica-dessa-atual-forma-de-producao-vinda-do-agronegocio.html>. Acesso em: 7 ago. 2019.

VINHA, J. F. S. C.; MASSON, G. A. Questão agrária em Uberaba (MG): estrutura fundiária, latifúndio e agronegócio. In: GOMES, M. A. S.; DANTAS, S. M. **Olhares Cruzados: políticas e dinâmicas sociais no Triângulo Mineiro**. Paco Editorial: Jundiá, 2018.

VINHA, J. F. S. C. Geografia de lutas e resistências: olhares da Geografia Agrária sobre o campo brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (Enanpege). 13. 2019. São Paulo (**Anais eletrônicos**). São Paulo: USP, 2019. Disponível em: <https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br>. Acesso em: 06 nov. 2019.

VIVERO-POL, J. L. The idea of food as commons or commodity in academia. A systematic review of English scholarly texts. **Journal of Rural Studies**, v. 53, n. July, p. 182–201, 2017.

WITTMAN, H. Food Sovereignty a new rights framework for food and nature ?
Environment and Society: Advances in Research, v. 2, p. 87–105, 2011.

WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N. The origins and potential of food
sovereignty. In: WITTMAN, H.; DESMARAIS, A. A.; WIEBE, N. (Eds.). . **Food
sovereignty: reconnecting food, nature and community**. Halifax: Fernwood
Publishing, 2010. p. 1–14.

| |
|--|
| Recebido em 13/01/2020. Aceito para publicação em 20/04/2021. |
|--|